

Termo de Referência – Avaliação Final

Número da RBS:	10912390
Área/Projeto Solicitante:	Monitoramento, Avaliação, Pesquisa e Aprendizado
Objeto da Cotação:	Avaliação Final do Projeto Aprender e Proteger
Prazo para envio da cotação:	07/10/2024
Enviar Cotação para:	Enviar cotação para e-mail consultoriaservices.bra@plan-international.org assinalando no campo assunto da mensagem com “[AValiação Final do Projeto Aprender e Proteger + RBS Nº 10912390 ”

DIRETRIZES

1. Sobre a Plan International

Fundada em 1937, a Plan International é uma organização humanitária e de desenvolvimento independente sem afiliações religiosas, políticas ou governamentais. Nossa visão é um mundo justo que promova os direitos das crianças e a igualdade das meninas. Engajamos pessoas e parceiros para; capacitar crianças, jovens e comunidades para fazer mudanças vitais que abordem as causas profundas da discriminação contra meninas, exclusão e vulnerabilidade; conduzir mudanças nas práticas e políticas nos níveis local, nacional e global por meio de nosso alcance, experiência e conhecimento das realidades que as crianças enfrentam; trabalhar com crianças e comunidades para se preparar e responder a crises e superar adversidades; apoiar a progressão segura e bem-sucedida das crianças desde o nascimento até a idade adulta.

Para cumprir a promessa dos Objetivos Globais de 2030, nossa Estratégia Global de 5 anos foi projetada para proporcionar mudanças significativas para meninas e meninos, com ênfase especial na igualdade de gênero. Vemos vínculos claros entre o cumprimento dos direitos da criança, a conquista da igualdade de gênero e o fim da pobreza infantil. Todas as meninas e meninos têm o direito de serem saudáveis, educados, protegidos, valorizados e respeitados em sua própria comunidade e fora dela. Apoiamos esses direitos desde o nascimento da criança até a idade adulta. Trabalhamos para garantir que meninas e meninos conheçam seus direitos e tenham habilidades, conhecimento e confiança para cumpri-los. Essa abordagem inspira e capacita crianças e comunidades a criar mudanças duradouras. As meninas têm o poder de mudar o mundo. Nossa ambição é trabalhar ao lado delas e juntas agirmos para que 100 milhões de meninas aprendam, liderem, decidam e prosperem. Nosso trabalho global de advocacy não se concentra apenas na política internacional, mas também garante que os governos nacionais possam implementar e defender de forma significativa as leis que promovem os direitos da criança e a igualdade de gênero em nível comunitário.

1.2 Sobre o escritório de comissionamento

A Plan International Brasil é composta por uma equipe multidisciplinar que inclui profissionais de diversas áreas, como educação, proteção infantil e direitos humanos. A organização conta com parcerias com instituições locais e internacionais para ampliar seu impacto.

A Plan International Brasil opera sob a perspectiva de que a promoção da igualdade de gênero só é possível quando as meninas se tornam protagonistas de sua própria história, com competências e condições para exercer seus direitos de crescer e viver livres da violência, ter suas vozes ouvidas e respeitadas e ter a liberdade de decidir sobre suas próprias vidas.

A Plan atua em várias regiões do Brasil, sendo que tem escritórios localizados em Maranhão, Piauí, Bahia e São Paulo, especialmente em áreas com alta vulnerabilidade social. Seus projetos incluem iniciativas voltadas para a educação, proteção contra a violência, promoção da saúde e empoderamento de meninas e mulheres. A organização busca garantir que todas as crianças tenham acesso a uma vida digna, educação de qualidade e a proteção de seus direitos.

2. Histórico do projeto

2.1 O contexto de implementação do Projeto

A migração, o refúgio e a desigualdade social são fenômenos que impactam homens e mulheres de formas diferentes. Os papéis sociais atribuídos para meninas e mulheres frequentemente as tornam mais vulneráveis e as expõem à violência e às violações de direitos. Assim, a proposta da Plan International Brasil foi elaborada para considerar, em todas as ações, os riscos, dinâmicas e necessidades específicas das meninas migrantes, refugiadas e(ou) brasileiras em situação de vulnerabilidade social.

Em 2019, a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH) identificou um aumento de 15,4% (se comparado com o ano anterior) nas queixas no país que são atendidas pelo Dial 180 (um canal nacional para denunciar violações de direitos humanos). Em 2021, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) apontou que o número de casos registrados alcançou a cifra de 45.076 vítimas tinham de 0 a 17 anos de idade, sendo as crianças de 5 e 9 anos e pré-adolescentes de 10 a 14 anos os mais afetados pelo crime de estupro. Esses dados evidenciam a necessidade de intervenção neste tema.

É notório que o isolamento social estabelecido em resposta à disseminação da covid-19 no país contribuiu para o aprofundamento de desigualdades sociais que já afetavam a população brasileira, mas que acompanhada de uma situação de crise sanitária e crise econômica afetou de maneira mais incisiva as vidas daqueles mais vulneráveis socialmente. A agudização das desigualdades sociais durante a pandemia apresenta riscos maiores para o grupo alvo do projeto Aprender e Proteger e de suas famílias, tais como falta de renda mínima e insegurança alimentar, abandono escolar e maior exposição à violência de gênero e violação dos direitos fundamentais. As ações propostas pelo projeto dialogam com a necessidade de garantir acesso à educação formal para meninas, mas também para meninos; com a promoção de condições mínimas de subsistência, o fornecimento de recursos para alimentação e custos escolares e a qualificação dos profissionais da rede de serviços da rede de proteção.

O fortalecimento das habilidades das meninas é o primeiro passo para combater a violência baseada no gênero e promover os direitos das meninas. O acesso à informação e a compreensão de seu lugar no mundo são elementos fundamentais de empoderamento das populações minoritárias e têm o potencial de promover mudanças de vida definitivas e positivas para as meninas em todo o mundo.

Apesar da necessidade de capacitar as meninas, a promoção da igualdade de gênero não é possível sem estruturas e serviços sensíveis ao tema e comprometidos com a defesa dos direitos das meninas. Portanto, a conscientização das famílias e o fortalecimento dos serviços procuram contribuir para a sustentabilidade e o alcance das transformações de gênero que o projeto almeja.

2.2 Sobre o Projeto “Aprender e Proteger”

O projeto Aprender e Proteger propõe intervenções destinadas às meninas, suas famílias e aos profissionais do sistema de serviços de proteção para crianças e adolescentes a fim de minimizar os impactos e as desigualdades sociais acentuados pela pandemia. O objetivo geral da iniciativa é melhorar a agência de adolescentes para exercerem seus direitos à educação e proteção contra a violência sexual e de gênero no contexto da Covid-19.

Estamos atualmente na segunda fase do projeto. A principal diferença entre a primeira e a segunda fases do projeto "Aprender e Proteger" diz respeito à ampliação do escopo geográfico. Embora a duração do projeto permaneça a mesma em ambas as fases (24 meses), a segunda fase expande a cobertura do projeto para novas regiões, sendo elas Barra Funda, Canindé, Liberdade, Guaianases, Itaquera, Bela Vista e Vila Brasilina, permitindo um engajamento mais amplo.

A capacitação das meninas sobre seus direitos permite que elas se fortaleçam diante de situações de violência, abuso e exploração a que possam estar sujeitas, oferecendo ferramentas e conhecimentos para enfrentá-las. O apoio oferecido às famílias pretende impactar diretamente a vida das meninas, ao facilitar que permaneçam na escola e evitar que se envolvam em trabalho infantil e outras situações de risco: munimos as famílias de conhecimentos e ferramentas para que sejam agentes na proteção e na promoção dos direitos das meninas. A proposta de fortalecer a rede de serviços também desempenha um papel essencial no enfrentamento das desigualdades agravadas pela pandemia. O mapeamento e divulgação dos serviços da rede tem um impacto direto na prevenção e resposta à violência de gênero, e a capacitação de profissionais nas áreas de educação, assistência social e saúde visa garantir os direitos das meninas, de suas famílias e comunidades.

Objetivo geral: Apoiar meninas adolescentes para exercerem seus direitos à educação e proteção contra a violência sexual e de gênero no contexto da Pandemia da COVID-19.

Objetivos específicos:

1 - Fortalecer o conhecimento e os recursos das meninas adolescentes para aprenderem e se protegerem da violência sexual e baseada em gênero (VSBG1);

2 - Apoiar as famílias e comunidades a desafiar as normas prejudiciais de gênero, e contribuir para que as adolescentes aprendam sobre a VSBG e permaneçam protegidas;

3 - Trabalhar com governos e atores humanitários para garantir que as adolescentes tenham acesso à educação e aos serviços de proteção.

2.3 Público Alvo do projeto

O projeto está em andamento desde 2021 e também em 2022 com cinco grupos de beneficiários diretos: (1) adolescentes de 12 a 18 anos, principalmente migrantes internacionais e brasileiros em situações de vulnerabilidade social, vinculados a organizações parceiras e serviços públicos nas subprefeituras da Mooca e Sé; (2) mães, pais, responsáveis e cuidadores; (3) profissionais de saúde; (4) profissionais de assistência social; e (5) profissionais da educação. Na tabela abaixo, você pode ver os números que queremos alcançar desse público. Na tabela 1, nos "Termos gerais e objetivo do estudo de avaliação final", os indicadores para esses cinco grupos de beneficiários diretos podem ser identificados.

Beneficiários/as diretos/as	Meta
Meninas (13 a 18 anos)	120
Meninos (13 a 18 anos)	60
Famílias	600
Profissionais da educação	40
Profissionais da assistência social	60
Profissionais da saúde	30

2.4 Termos gerais e objetivo do estudo de avaliação final

O objetivo deste Termo de Referência (TOR) é realizar uma avaliação final do projeto, considerando os dados quantitativos que serão coletados internamente. A Coleta de Dados Finais incluirá a coleta de dados quantitativos, que será realizada pela Plan Brasil, cobrindo todos os indicadores do logframe, e a coleta de dados qualitativos, que será conduzida pela consultoria contratada. A coleta de dados quantitativos focará na comparação da situação do público-alvo em

relação aos valores de linha de base e midline para os indicadores definidos. Espera-se que a consultoria realize a coleta de dados qualitativos por meio de grupos focais e entrevistas para os indicadores específicos delineados na Tabela 1, desenvolvendo novos instrumentos conforme necessário. É importante esclarecer que a avaliação final da fase 1 é considerada uma avaliação midline, uma vez que compararemos essas três avaliações: fase 1 da linha de base, avaliação final da fase 1 e avaliação final da fase 2.

A Avaliação Final avaliará a eficácia geral do projeto, sua sustentabilidade e as lições aprendidas, utilizando não apenas os indicadores, mas também entrevistas, discussões em grupo focais e outros métodos qualitativos e quantitativos. Essa avaliação visa uma análise abrangente, com foco em melhorias de processos, qualidade e implementação do projeto. A análise e interpretação serão orientadas por cinco dimensões: relevância, eficácia, coerência, sustentabilidade e impacto.

- Os dados coletados para abordagem quantitativa da Avaliação Final visam comparar a situação do público-alvo em relação aos valores de linha de base e de meio termo para os indicadores definidos. Esses dados fornecerão uma visão mensurável dos resultados do projeto em relação à proteção de adolescentes, apoio às famílias e provisão de serviços.
- A Avaliação Final avaliará o projeto com base em critérios-chave, como eficácia, impacto, sustentabilidade, Direitos das crianças, gênero e inclusão, coerência e relevância. Essa avaliação incluirá métodos qualitativos, como entrevistas, grupos focais e outros métodos, e métodos quantitativos. O objetivo é gerar insights abrangentes sobre a implementação do projeto, resultados e lições aprendidas.
- O Relatório de Avaliação será o produto desse processo, compilando tanto as análises quantitativas quanto qualitativas. Além disso, o relatório analítico pretende:
 - Estabelecer a comparação com os resultados da Linha de Base e Meio-Termo sobre indicadores-chave de conhecimento, atitudes e práticas entre adolescentes e jovens (idades de 13 a 18 anos), desagregados por gênero, raça/cor, idade e nacionalidade em relação à proteção contra violência sexual e de gênero.
 - Avaliar a acessibilidade de informações, recursos e instalações públicas por adolescentes e jovens de 13 a 18 anos;
 - Estimar o conhecimento de famílias e responsáveis sobre o que constitui violência sexual e de gênero e sua capacidade de identificar situações causadas por tais violações de direitos. Além disso, avaliar as percepções das famílias sobre a importância e seu potencial envolvimento em garantir o acesso à educação para meninas e meninos, protegendo seus corpos e direitos, e alcançando a equidade de gênero entre adolescentes e jovens de 13 a 18 anos;
 - Avaliar a capacidade de resposta e a eficácia dos serviços públicos e seus respectivos profissionais, bem como a legislação, regulamentos e políticas públicas relacionadas à educação, prevenção e proteção contra violência sexual e de gênero que afetam adolescentes e jovens de 13 a 18 anos.

Tabela 1 – Quadro Lógico de Intervenção

Objetivos Específicos O que queremos fazer	Indicadores
Fortalecimento das capacidades e recursos dos adolescentes refugiados, migrantes e nacionais para aprenderem a	% de AY (adolescentes e jovens) que demonstram conhecimento dos riscos e comportamentos de proteção à criança

se proteger do abuso e exploração sexual e da violência baseada em gênero, inclusive durante e após as situações de crises.	% de AY que relatam saber onde obter informações e serviços sobre PC antes, durante e depois das crises
	% de AY relatam que um marido (homem) tem justificativa para bater ou bater em sua esposa (parceira) sob certas circunstâncias
	% de AY que relataram que o apoio recebido pela equipe do projeto foi importante para dar continuidade ao processo de aprendizagem
Famílias e comunidades apoiadas para desafiar as normas prejudiciais de gênero e para ajudarem os jovens e adolescentes a aprenderem nas escolas e a permanecerem protegidos da exploração e abuso sexual e de violências baseadas no gênero, inclusive durante e após crises.	% de pais e cuidadores que relatam práticas parentais positivas
	% de pais e cuidadores que relatam que é justificado que um homem bata ou bata em sua esposa (parceira) em certas circunstâncias
	% de pais e cuidadores que relatam que o voucher foi significativo para seu subsídio
	% de pais e cuidadores que podem definir o que é violência sexual e exploração sexual contra CAY
	% de pais que relatam saber onde obter informações e serviços sobre PC antes, durante e depois das crises
	% de pais que se matriculam/mantêm seu AY na escola, independentemente do sexo e das habilidades
	% de pais e cuidadores que relatam apoiar a educação de seus filhos
Governos e agentes humanitários apoiados para assegurar o acesso à educação e aos serviços de proteção dos adolescentes, inclusive durante e após crises.	% de profissionais que demonstram conhecimento sobre riscos e comportamentos de VSG, inclusive durante e após a crise
	% de atores educacionais treinados, incluindo professores, demonstram competências-chave para lidar com a VSG relacionada à escola e outras barreiras à educação de meninas
	% de assistentes sociais capacitados que demonstram competências-chave necessárias para prevenir e responder a casos de violência contra crianças e adolescentes

A coleta dos dados quantitativos para todos os indicadores na tabela acima será feita internamente.

Para Avaliação Final espera-se a comparação, a partir dos indicadores definidos na sessão 3, da situação do público avaliado entre o início e o final do projeto, buscando uma análise de dados que foque não apenas nos resultados obtidos, mas também em outras informações relevantes para

melhorias de processos, qualidade e implementação dos projetos da organização. O direcionamento da análise e interpretação deve se pautar por esses 5 eixos: relevância, eficácia, coerência, sustentabilidade e impacto.

Para Avaliação Final, a consultoria contratada deverá fornecer não apenas os resultados finais dos indicadores, mas também uma análise do público participante que subsidie o planejamento do projeto e a estratégia de atuação da organização.

a) Objetivo

Realizar 01 (uma) Pesquisa de Avaliação Final para o projeto, levando em conta seus respectivos indicadores e resultados e fornecendo informações e conhecimentos sobre o público e a atuação do projeto.

Ao final da Avaliação a consultoria deverá fornecer todas as bases e dados utilizados – de modo organizado e coerente - e as memórias de cálculo para chegar nos resultados e análises.

b) Responsabilidades

- Desenvolver o trabalho coeso de sistematização, revisão e análise dos dados;
- Respeitar as datas e os prazos fixados no Cronograma de Atividades estabelecido em acordo mútuo;
- Garantir que a Política de Salvaguarda da Plan, bem como outras políticas organizacionais, sejam respeitadas em todo o processo quanto às normas de conduta e proteção. Esse material será disponibilizado pela Plan International Brasil para a consultoria contratada.
- Todas as informações utilizadas e obtidas na coleta, assim como os dados apresentados no relatório completo, serão de propriedade exclusiva da Plan International Brasil e somente poderão ser utilizados e divulgados com autorização por escrito da mesma.
- A empresa contratada deverá entregar para a Plan International Brasil todos os dados coletados durante todas as fases da pesquisa em formato eletrônico, mediante planilhas ou base de dados compatível com Microsoft Excel;
- A contratada deverá garantir, por contrato, um alto nível de qualidade do trabalho de campo e das equipes envolvidas e confiabilidade do estudo e dos dados gerados.
- A empresa/organização contratada deverá trabalhar em colaboração com a coordenação dos Projetos, garantindo um acompanhamento efetivo do trabalho.
- Todos os custos decorrentes de deslocamentos, impressões, transcrições e outros recursos necessários à realização da avaliação deverão ser providenciados pela consultoria e, por isso, deverão ser previstos desde a proposta apresentada no período de seleção.

3. Critérios de avaliação

A Avaliação Final avaliará o projeto com base em 5 critérios-chave: relevância, eficácia, coerência, sustentabilidade e impacto.

- Eficácia: A extensão em que os objetivos do projeto ou programa foram alcançados (ou não) e as razões por trás disso. Inclui também se esses objetivos estão gerando consequências não intencionais (positivas ou negativas) para qualquer pessoa envolvida nas intervenções.
- Sustentabilidade: A probabilidade de que os benefícios de longo prazo continuem para as populações-alvo após a conclusão do projeto ou programa. Isso pode incluir os recursos e a capacidade dos parceiros ou beneficiários para manter a intervenção após uma fase de redução gradual.

- Relevância: A medida em que as intervenções e suas abordagens foram adequadas às prioridades e políticas das pessoas e comunidades que se pretendia beneficiar.
- Impacto: Estabelecer a atribuição causal a quaisquer efeitos positivos e negativos observados a longo prazo, tanto primários quanto secundários.
- Coerência: A compatibilidade da intervenção com outras intervenções em um país, setor ou instituição.

Os relatórios analíticos dos resultados da coleta de dados devem incluir uma seção que considere uma análise com base nos critérios avaliativos mencionados anteriormente. Para elucidar melhor como essa análise deve ser pensada, a Tabela 2 fornece alguns insights.

Quadro 2 – Insights para os critérios avaliativos

Se quiser saber...	...concentre-se no seguinte critério:
...se o projeto alcançou/realizou o que foi originalmente planejado, incluindo mudanças em relação aos seus indicadores (em comparação com a linha de base)	Eficácia
...se as mudanças tendem a ser duradouras	Sustentabilidade
...se o desenho do seu projeto original focou o grupo certo de beneficiários/as e se as principais causas foram identificadas corretamente (e se o desenho ainda é válido)	Relevância
...se o projeto contribuiu diretamente para a introdução de mudanças duradouras na vida do público-alvo	Impacto
...se o projeto foi apoiado ou prejudicado por outras intervenções e/ou políticas.	Coerência

A CONSULTORIA, JUNTO COM A PLAN, IRÁ PROPOR QUESTÕES DE AVALIAÇÃO QUE BUSQUEM GUIAR A CONSULTORIA NO QUE SE DEVE ALCANÇAR PARA A AVALIAÇÃO FINAL E IMPLEMENTÁ-LAS NO PLANO DE TRABALHO A SER APRESENTADO.

4. Métodos de coleta e análise de dados

A coleta de dados da abordagem quantitativa será realizada pela Plan International Brasil por meio de questionários estruturados. Isso irá compor a base de dados para as análises quantitativas das respostas da população avaliada. A consultoria a ser contratada será responsável pela condução das entrevistas e dos grupos focais, com o objetivo de aprofundar a interpretação dos dados e realizar uma análise qualitativa dos conhecimentos, atitudes e práticas adquiridos pelos participantes ao longo das atividades do projeto. A consultoria também fará a análise dos dados da abordagem quantitativa conforme o método previamente definido. É importante enfatizar que o consultor receberá os dados quantitativos na forma de tabelas Excel baseadas em formulários Kobo. A verificação dos dados será realizada internamente.

PARA AS ENTREVISTAS E GRUPOS FOCAIS, A CONSULTORIA DEVERÁ COLETAR OS TERMOS DE CONSENTIMENTO E ASSENTIMENTO DE TODOS OS ENVOLVIDOS NA COLETA DE DADOS – SE MENOR DE IDADE, DOS SEUS RESPONSÁVEIS -, BEM COMO MANTIDA A LISTA DE PARTICIPAÇÃO DOS ENTREVISTADOS. SOMENTE PARTICIPARÃO DAS ESCUTAS AS PESSOAS, INDEPENDENTE DA IDADE, COM CONSENTIMENTO REGISTRADO PARA UTILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES NA AVALIAÇÃO DOS PROJETOS.

A Plan International Brasil possui método institucional de análise dos dados quantitativos, de modo que a consultoria contratada deverá levar em consideração e se orientar pelo método disponibilizado. O método institucional tem por objetivo comparar os resultados - entre o início e fim - dos indicadores (Outcomes) definidos para representarem qual o efeito que o projeto proporcionou aos

participantes de uma determinada atividade do projeto (Output). Tal método foi desenhado para um modelo específico de questionário e pode ser utilizado para os survey's censitários ou amostrais, em vista de captar informações sobre conhecimentos, atitudes e práticas (pesquisa quantitativa CAP) dos participantes em relação ao tema de enfoque do projeto. Tendo isso em vista, o questionário estruturado a ser aplicado se divide em duas partes:

- 1) Caracterização da população (variáveis independentes) e;
- 2) Conhecimentos, atitudes e práticas em relação ao tema chave do escopo do projeto/indicadores (em forma de pontuação).

Espera-se que a equipe de consultores analise os dados seguindo uma abordagem de desagregação (idade, gênero, etnia, educação, nacionalidade).

O questionário estruturado a ser aplicado é dividido em duas partes:

- 1) Caracterização da população (variáveis independentes);
- 2) Atitudes, Opiniões e/ou Conhecimento da população participante (variáveis dependentes).

As variáveis selecionadas para essa primeira parte, caracterização, são diversas e podem ser utilizadas para as análises bivariadas (cruzamento entre duas variáveis) e univariadas (variáveis isoladas). As questões obrigatórias para essa sessão são:

- Idade;
- Raça/Etnia;
- Sexo e;
- Escolaridade.
- Nacionalidade

A segunda parte do questionário será composta por um conjunto de afirmações que buscam identificar o nível de concordância ou discordância dos entrevistados em relação aos temas fundamentais do escopo do projeto. Essas questões estão correlacionadas ao indicador, de modo que as respostas possam ser quantitativamente mensuradas. A via de regra, as perguntas são codificadas em pontuações, visto que a soma dos pontos de cada caso irá compor uma variável de escore.

Por meio da análise dos dados será possível compreender melhor o posicionamento da população avaliada, bem como obter informações que podem validar ou refutar hipóteses suscitadas, tais como:

- As atividades do projeto tiveram maior efeito ou impacto na população feminina, em detrimento a população masculina?
- A localidade, escolaridade, raça/etnia influência no conhecimento, atitude ou opinião dos participantes?
- O direcionamento dos temas deve ser aplicado igualmente a todos/as participantes?
- As atividades do projeto conseguiram ser efetivas em quais temas e áreas?

Nota-se que a maior parte das perguntas realizadas acima envolve comparações, o que torna importante detectar as diferenças e as variações dos resultados entre os grupos. Dessa forma, para além da descrição dos dados, recomenda-se aplicar testes de significância que validem essas diferenças e variações em um intervalo de confiança de 95%.

Complementarmente, as correlações e associações advindas dos cruzamentos entre as variáveis devem ter seus coeficientes medidos e testados significativamente, em vista a verificar em que medida uma variável pode influenciar ou ocasionar a outra e qual é a força desse relacionamento.

Por fim, algumas vezes será necessário avaliar ou pesquisar uma amostra da população, de modo que alguns critérios devem ser postos para essa seleção, dentre as mais importantes são:

- Quantidade amostral condizente e representativa da população;
- Características proporcionais e representativas da população amostrada.

4.1 Método de mensuração AOGD

Dentro de nossa estratégia global, concordamos em seis áreas de distinção global (AOGDs) que visam:

- Obter maior expertise e excelência na implementação de projeto e no trabalho humanitário
- Ajuda a orientar decisões globais de canalização de recursos e investimentos
- Nos ajuda a se concentrar no que funciona para melhor promover a igualdade e os direitos das crianças e jovens, particularmente das meninas.

Como parte das estruturas de resultados desses objetivos, estão desenvolvidos um grande menu de indicadores AOGD, alinhando os resultados. Indicadores AOGD foram desenvolvidos para análise de situação, nível de impacto e outcomes. Para termos certeza de que estamos acompanhando tais objetivos, temos indicadores AOGD's, que nos fornecem um método para medir nosso progresso.

Portanto, também deverá ser realizado uma mensuração AOGD para a avaliação final. O cálculo de mensuração AOGD será enviado após a contratação.

4.2 Amostra

A coleta e o desenho amostral foram feitos pelo próprio projeto. A quantidade dos participantes da amostra foi calculada com o intervalo de confiança de 95% e margem de erro de 5%.

Os resultados da coleta amostral pretendem inferir sobre as Atitudes, Práticas e Conhecimento de uma determinada população a partir de uma amostra desse conjunto, de modo que os resultados possam representar o todo em um intervalo de confiança satisfatório. Espera-se que o consultor apresente uma abordagem de amostragem para a coleta de dados qualitativos (considerando os diferentes locais e grupos de interesse).

5. Grupos Focais

A abordagem qualitativa visa compreender em profundidade as atitudes, conhecimentos e práticas dos participantes. Através dos métodos de grupos focais, pretende-se investigar questões mais complexas, as quais não podem ser totalmente capturadas por dados quantitativos.

Os grupos focais reúnem um pequeno grupo de participantes, normalmente entre oito e doze, para discutir temas específicos sob a orientação de um facilitador. Esse método permite captar interações, opiniões e atitudes dos participantes, observando como suas percepções são influenciadas pelo grupo. O objetivo é identificar tendências, explorar novas ideias e obter informações detalhadas sobre a experiência dos participantes.

A finalidade da abordagem qualitativa na avaliação do projeto é explorar e fornecer informações profundas sobre como os participantes percebem e vivenciam as atividades. Esses métodos ajudam a interpretar resultados quantitativos, oferecendo contexto e explicações para os dados numéricos. Além disso, permitem identificar áreas de melhoria e fornecerem recomendações detalhadas baseadas nas experiências e feedback dos participantes.

Os Grupos Focais serão feitos em 2 sessões, sendo separados em um grupo focal para:

- Pais e responsáveis;
- Meninos;
- Meninas.

No caso dos profissionais, teremos apenas uma sessão, sendo separados em um grupo focal para:

- Profissionais da saúde;
- Profissionais da educação;
- Profissionais de assistência social.

Serão convocadas de 8 a 12 pessoas para realizar a sessão de modo presencial em uma das comunidades parceiras da Plan International.

5.1 Termo de Consentimento

As entrevistas para aplicação do survey serão realizadas mediante autorização prévia e por escrito dos/as participantes. Para isso, a equipe responsável pela aplicação das entrevistas irá requerer a autorização por escrito dos participantes maiores de 18 anos de idade. Para os participantes menores de 18 anos de idade, o consentimento para participação nas entrevistas deverá ser coletado dos responsáveis da criança ou adolescente – Pai, Mãe, Cuidador ou Cuidadora.

O Termo de Consentimento a ser assinado possui informações que explicitam os objetivos e os fins a que se destinam as informações coletadas, bem como torna claro os temas a serem abordados na entrevista. Além da disponibilização de informações sobre a avaliação no termo, a equipe do projeto estará à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas que possam surgir.

A participação na entrevista é voluntária e a qualquer momento o entrevistado poderá desistir da entrevista. A não participação ou a desistência da entrevista não impede a participação da pessoa nas atividades do projeto.

6. Procedimento de Salvaguarda, Gênero e inclusão, Ética e Proteção infantil

A Plan International tem como prioridade a proteção e segurança de crianças, adolescentes, jovens e todo o público com quem trabalha, por isso assume seriamente sua responsabilidade de promover e garantir práticas seguras para todas as pessoas participantes de seus programas, protegendo-as de qualquer tipo de dano, violência, abuso, assédio e exploração. Nossas decisões e ações preventivas, de mitigação e em respostas a preocupações de salvaguarda das pessoas participantes dos nossos programas, se guiarão pelo princípio do interesse superior das mesmas. Por isso, a Plan adota como requisito indispensável, que todos os seus parceiros, fornecedores e prestadores de serviços contratados pela Organização, assinem se comprometendo com a Política Global de Salvaguarda e PSHEA (Prevenção de Assédio Sexual, Abuso e Exploração), concordando em não tolerarem qualquer tipo de violência contra crianças, adolescentes, jovens e demais participantes dos nossos programas, independentemente de sua idade, raça/cor, etnia, identidade de gênero, orientação sexual, capacidade, nacionalidade, ou qualquer outro aspecto de sua origem ou identidade.

Toda contratada deverá ter acesso ao pacote de sensibilização para pessoas associadas à Plan, bem como receber um briefing específico sobre as nossas políticas globais de Salvaguarda, PSHEA, gênero e inclusão, além de assinar concordando e atestando ciência sobre as referidas políticas e princípios Organizacionais no ato da firmação de seu contrato, o que tornará esse fornecedor, consultor e/ou parceiro implementador apto para estar associado à Plan.

7. Principais entregas

Espera-se da consultoria a entrega dos seguintes materiais em conjunto com a TOR:

- 1) O Plano de Trabalho e a Proposta de Método de Avaliação, incluindo:
 - um cronograma atualizado;
 - uma matriz de avaliação
 - a metodologia detalhada, incluindo a versão preliminar da metodologia de amostragem e tamanho da amostra;
 - versão preliminar das ferramentas de coleta de dados;
 - considerações éticas;
 - formulários de consentimento para a coleta de quaisquer dados primários;
 - (versão preliminar dos) métodos para análise de dados;
 - breve justificativa dos métodos e técnicas utilizados (incluindo valores e premissas/teorias subjacentes relevantes) com a exposição das razões para as seleções feitas (por exemplo, das pessoas entrevistadas).
- 2) Versão preliminar do Relatório de Avaliação para revisão da equipe da Plan Brasil;
- 3) Versão final do Relatório de Avaliação (incluindo resumo executivo e versão final das ferramentas de coleta de dados);

- 4) Dados limpos (incluindo banco de dados por exemplo, Excel, SPSS, transcrições de dados qualitativos, sintaxes/ glossários etc.)
- 5) Formulários de consentimento preenchidos (incluindo para crianças e seus/suas cuidadores/as e adultos)
- 6) Outros produtos de comunicação para divulgação
 - Apresentação em PPT, Power BI ou Tableau com a síntese dos resultados e análises quantitativas.

8. Estrutura do Relatório

O relatório a ser apresentado deve seguir o modelo definido pela Plan International Brasil (PIB) e ter um máximo de 60 páginas. A estrutura dos capítulos que compõem o relatório é a seguinte:

- Resumo Executivo
- Introdução: Contexto e relevância do projeto.
- Método de Avaliação
- Quadro Lógico com Resultados Analisados
- Análise Descritiva de Dados
- Testes de Hipóteses
- Critérios de Avaliação
- Principais Conclusões
- Conclusão e Recomendações
- Apêndices

9. Linha do tempo

O serviço contratado deverá ser executado no prazo de 32 dias a contar da assinatura do contrato, considerando os prazos abaixo:

Atividade	Prazo
Plano de Trabalho e Proposta de Método de Avaliação	Definir data
Relatório Preliminar da Avaliação Final - Produto 1	13/12/2024
Relatório Final da Avaliação Final - Produto 2	30/01/2025
Apresentação em PPT, Power BI ou Tableau com a síntese dos achados da Avaliação Final – Produto 3	30/01/2025
Materiais da análise dos dados e base de dados da Avaliação da Avaliação Final – Produto 4	01/02/2025

A Plan International Brasil se responsabilizará por fornecer os dados necessários que já foram coletados pela equipe para o início das atividades, enquanto a consultoria deve respeitar os prazos das entregas previstas. A consultoria deverá realizar os relatórios preliminar e final em português e inglês.

9.1 Avaliação e cotações

Os interessados deverão encaminhar os documentos indicados até a data limite indicada no cabeçalho desta RFQ. Após o prazo limite para apresentação da proposta nenhuma outra será recebido.

A relação custo-benefício é muito importante para a Plan International, pois cada real adicional economizado é dinheiro que podemos usar em nosso trabalho humanitário e de desenvolvimento em todo o mundo.

Somente será selecionada empresa regularizada no Banco de Fornecedores da Plan International Brasil. Caso a empresa interessada ainda não esteja regularizada, a equipe responsável da Plan enviará a esta ficha cadastral para preenchimento e assinatura, a ser devolvida no prazo de 24 horas com envio da documentação indicada na ficha, e posterior cadastro no Banco de Fornecedores.

O fornecedor selecionado terá o prazo de 24h, contado a partir da notificação de sua convocação, para assinar o contrato. A convocação para a assinatura do contrato eletrônico será via plataforma on-line. O setor administrativo encaminhará para assinatura, mediante e-mail informado do responsável pela assinatura do contrato e mais uma testemunha a sua escolha.

A contratação em questão, a priori, seguirá o cronograma disposto abaixo, sendo certo as datas poderão sofrer alterações

Atividade	Prazo
Recebimento dos currículos e proposta financeira	07/10/2024
Primeira etapa da seleção	09/10/2024
Segunda etapa da seleção – Entrevistas online	14/10/2024
Divulgação do resultado final – apenas para as (os) candidatas(os) Finalistas	16/10/2024
Previsão de assinatura do Contrato	21/10/2024
Previsão de Início do serviço	24/10/2024
Finalização do serviço	30/01/2025

10. Termos de Pagamento

Todos os pagamentos serão realizados mediante recebimento e aprovação dos materiais/serviços em conformidade com as especificações contratadas.

Nesse momento, você deve fornecer também detalhes adicionais, como, por exemplo, quem é responsável por:

- Impostos
- Gastos com viagens
- Gastos com seguros e emissão de vistos
- Despesas/diárias
- Gastos com tradução

O pagamento será efetuado à medida que cada atividade delineada no contrato for concluída e de acordo com os procedimentos formais da organização. A estrutura de pagamento proposta será a seguinte:

- 10% após a assinatura do contrato
- 30% após a entrega do relatório preliminar
- 60% após a entrega e aprovação do relatório final

Os pagamentos serão condicionados à aprovação dos pelo corpo técnico da Plan Brasil, como mencionado anteriormente.

11. Qualificações esperadas

A empresa/organização contratada para desenvolver os trabalhos do presente Termo de Referência deverá ter o seguinte perfil:

- 1) Experiência comprovada de pesquisas com foco em direitos de criança e adolescente, gênero e raça/etnia;
- 2) Experiência comprovada com pesquisas de avaliação de projetos sociais, pesquisa de levantamento de dados, documental e bibliográfica e pesquisa amostral;

- 3) Experiência comprovada em análise e coleta de dados;
- 4) Experiência comprovada em redação e publicação de relatórios de linha de base e avaliação de projetos sociais;
- 5) Bom nível de expertise nos domínios de coleta, processamento, revisão e análise de dados qualitativos;
- 6) Equipe com habilidades para facilitação de trabalhos com comunidades, inclusive com crianças e adolescentes e jovens.

A comprovação de experiência deve ser feita através de carta de referência das três últimas prestações de serviços ou através comprovação dos três últimos trabalhos feitos (relatórios e publicações), contendo a descrição das atividades desenvolvidas.

A Plan International Brasil quer contribuir para a superação das desigualdades e incentiva a candidatura de iniciativas de propriedade ou operados por mulheres, sensíveis à questão de gênero e/ou racial.

12. Lista de documentos a serem apresentados com a TOR

- Portifólio;
- Plano de Trabalho com proposta financeira;
- Certidão de antecedentes criminais Federal e Estadual (considerando o Estado de origem da empresa) dos consultores/empregados/colaboradores que terão contato direto com crianças, adolescentes e jovens
- Certidão de distribuição cíveis e criminais do Tribunal de Justiça do Estado de origem da empresa;

13. Princípios da Plan International

O fornecedor deve garantir a conformidade com o Código de Conduta Não Funcionário da Plan International Brasil e com a Política Global de Salvaguarda da Plan International Brasil, que serão fornecido e assinados no processo de contratação.

Obrigado por sua cotação.

Por favor, envie sua candidatura para a Plan International Brasil até 30/09/2024, mencionando "Avaliação para Aprender e Proteger" no assunto e incluindo os documentos de apoio conforme descrito.

Você também pode desejar incluir informações sobre como as propostas serão avaliadas.